

45 e 25 filhos, respectivamente -, elas nos fazem refletir sobre um mundo onde a maternidade e a paternidade, o amor às relações matrimoniais, são capitalizados.

Diz Max Mu: “Ao olharmos para pessoas em vulnerabilidade social, sem capital, que unem uma família enorme e sem dinheiro, começamos a rever toda a nossa filosofia de vida, e talvez essas mulheres tragam, à luz da contemporaneidade, uma filosofia de resiliência, superação e amor pouco comum” .

Essas conversas foram conduzidas pelo premiado ator, diretor e preparador de elenco, Eduardo Silva. Tereza e Mara falam sobre as suas famílias, sua filosofia de vida, que transforma e recicla conceitos contemporâneos sobre como lidar com as adversidades, com empatia e educação.

O discurso é corroborado por entrevistas com alguns de seus filhos, inclusive Larissa Sobral, a primeira catadora a ingressar em uma universidade.

A Tereza Felipe, conhecida entre os integrantes do movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis como a catadora mais antiga do Brasil, veio de Minas Gerais para Ribeirão Preto, São Paulo, e, ainda adolescente, após ter sido adotada, casada ainda muito jovem, mudou-se para a Capital, e chegou a viver nas ruas, mas com a renda da coleta de recicláveis conseguiu mudar o rumo de sua vida.

Comprou um terreno onde construiu sua própria casa com suas mãos, fazendo os tijolos, inclusive, na zona leste de São Paulo, onde passou a abrigar os filhos das mulheres em vulnerabilidade social, que muitas vezes os deixavam com Tereza, que tinha o sonho de ter uma grande família. Teve dois filhos biológicos e, por ter a Doença de Chagas, acabou realizando de forma inesperada, adotando e registrando 45 crianças oficialmente.

Ex-menina de rua, cria da violência doméstica, Mara, por sua vez, perdeu os pais aos nove anos, quando foi encaminhada para a Febem, de onde fugiu. Passou a morar nas ruas e a vivenciar a violência. Cansada, passou a coletar lixo.

Foi presidente eleita pelos integrantes da Cooperativa Granja Julieta - Nossos Valores, na zona sul da cidade de São Paulo, onde a renda é distribuída de maneira igualitária entre todos, pessoas em situação de rua, egressos do sistema prisional, mulheres que saem de presídios e dependentes químicos em tratamento.

Teve dois filhos biológicos, a Larissa, que esteve lá assistindo ao filme comigo, a primeira na história da família a cursar uma universidade, e Everton, mas foi abrindo a casa para outras crianças e adolescentes vítimas de violência e de abandono.

Eu pude assistir quando a Mara, no encontro do presidente Lula com a população em situação de ruas, cantou uma bela canção, que a todos moveu, e eu quero cumprimentar tanto a dona Tereza quanto a Mara, por serem exemplos formidáveis de mães. Mães que, mesmo tendo filhos adotivos, os amou de tal maneira a criar condições de eles poderem ter uma vida com muita dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Bem, vamos chamar o próximo orador. Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, por cessão da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas. Tem V. Exa. o tempo regimental de dez minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, a violência nas escolas vem se alastrando em todo o Brasil, mas sobretudo aqui no estado de São Paulo. No estado de São Paulo, faltam funcionários do quadro de apoio escolar, o governo não contrata e, quando contrata, contrata pela Lei nº 1.093. Como nós conhecemos, é o funcionário categoria “O”. Para agente de organização escolar é pior, Sr. Presidente, porque o contrato é só de um ano.

No entanto, teve concurso e o governo não chamou, basicamente, os aprovados. Ou chamou poucos. Tanto é que, na última chamada que teve, inclusive com as escolhas...

Os servidores, no final do ano passado, escolheram. No entanto, o governo até agora não fez a nomeação desses servidores aprovados no concurso público para ingressarem nas escolas estaduais. Isso é um fator.

As escolas não têm segurança, as escolas não têm estrutura, não têm ronda escolar. Então, a violência aumenta. As salas são superlotadas. Não há atendimento psicológico, nem na área da assistência social, para os nossos alunos, para os nossos professores.

Então, essa violência tem várias causas, na verdade, mas quero destacar mais um caso que queremos repudiar, de agressão a uma professora da rede estadual, que aconteceu na segunda-feira passada na cidade de Borborema, na Escola Estadual Dom Gastão Liberal Pinto.

Essa professora foi agredida por uma pessoa que entrou na escola e agrediu a professora, que estava no horário de intervalo. Tem até um vídeo que nós recebemos agora, Sr. Presidente. Gostaria de mostrar essa cena de violência em uma escola em Borborema.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

A pessoa entrando, a professora está sentada ali no horário do intervalo, essa pessoa acessa a escola e, em seguida, agride a professora, olha só. Uma professora apanhando de uma mulher que entrou dentro da escola, Sr. Presidente. Só depois que os professores chegam para socorrer essa professora.

Então, está aí, Sr. Presidente, mais uma cena de violência em uma escola estadual, na nossa rede estadual. Isso tem causa. A secretaria tem que tomar as medidas cabíveis.

Nós já apresentamos aqui várias propostas para diminuir a violência nas escolas, mas é inconcebível isso que aconteceu e que tem acontecido. Nossas professoras e nossos professores são ameaçados e apanham, muitas vezes, de pais de alunos, porque não há segurança nas escolas.

Queria fazer aqui mais esse destaque e essa denúncia. E que as providências sejam tomadas imediatamente pela diretoria de ensino da região, pela Secretaria da Educação. Tenho informações de que foi feito um boletim de ocorrência. E que a Secretaria de Segurança Pública também tome as devidas providências.

Quero também abordar um tema muito importante relacionado à Sabesp e à Prefeitura de São Paulo. Quero colocar, até para ilustrar melhor a minha intervenção sobre esse tema, essa matéria que saiu no UOL e na “Folha de S. Paulo”.: “Sem alarde, Ricardo Nunes abre mão de controle da Sabesp e viabiliza a privatização”.

Ou seja, o prefeito Ricardo Nunes, preocupado apenas com sua reeleição, está rifando toda a população do estado de São Paulo. Ele vai rifar o povo de São Paulo, que ele deveria estar defendendo.

Ele entrou em uma das unidades, naquele conselho da unidade regional de abastecimento, as famosas Uraes. São quatro Uraes. Então, a partir do momento em que ele assina o convênio, a entrada nessa unidade regional, a prefeitura perde totalmente a autonomia, Sr. Presidente, e autoriza na prática - é isso que vai acontecer - a privatização, rifando, entregando o povo da cidade de São Paulo que ele deveria defender. Porque o que vai acontecer com a privatização? Nós todos sabemos disso: vai aumentar a tarifa. É lógico que vai aumentar.

Quando há privatização aumenta tudo. Olhe só no Rio de Janeiro o que está acontecendo, em todos os lugares. Olhe o que aconteceu aqui em São Paulo com a privatização da Eletropaulo, que agora virou essa empresa, Sr. Presidente, que está sendo investigada, essa Enel, essa empresa italiana que é campeã em reclamações no Procon aqui em São Paulo.

Aumentou a tarifa, piorou os serviços na área de Eletricidade no estado de São Paulo. As pessoas mal conseguem reclamar com a Enel. Elas ficam penduradas lá naquelas telefonistas eletrônicas. As pessoas não conseguem ter acesso, Sr. Presidente.

É tão grave a situação que tem uma CPI. Aqui, a primeira CPI instalada no ano de 2023 é uma CPI que investiga essa empresa privatizada - olhe só - e vai acontecer o mesmo com a Sabesp.

O Ricardo Nunes, prefeito da cidade de São Paulo, para ter o apoio do Tarcísio de Freitas, está vendendo a alma, não só a alma dele, está vendendo a alma de todos os habitantes da cidade de São Paulo.

Ele está instrumentalizando, Sr. Presidente, algo tão importante para se reeleger, achando que vai se reeleger. Vai ser muito difícil a hora que a conta chegar, a hora que piorar a prestação de serviços para a população; todo mundo sabe. Então ele já entregou, ele já assinou.

Nós entramos com uma representação no Ministério Público, no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, porque ele assinou sem consultar a Câmara Municipal, sem consultar a população da cidade de São Paulo que paga a conta. Não consultou ninguém, não teve transparência, Sr. Presidente.

Então o nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar já fez essa provocação ao MP e ao Tribunal de Contas, através de representações, para que essa assinatura seja cancelada imediatamente, porque ele não pode fazer isso, entregando a cidade de São Paulo para a privatização da Sabesp.

Ele vai estar autorizando. É grave isso porque se ele não assinar, Sr. Presidente, dificilmente haveria a privatização da Sabesp, porque São Paulo é a maior cidade da América Latina. Tem um peso econômico e político nesse processo. Então ele já vendeu a alma para o Tarcísio achando que o Tarcísio vai apoiá-lo do ponto de vista eleitoral.

Então nós tomamos a providência, os nossos coletivos, o vereador Celso Giannazi, o meu mandato aqui, a deputada federal Luciene Cavalcante. Nós já fizemos isso. Agora, Sr. Presidente, ele sabe que a situação é grave, que o povo é contra a privatização.

O povo não quer o aumento da conta de água, não quer a piora dos serviços, porque a população já tem consciência da gravidade da situação. Mas ele, preocupado com isso, agora deu uma declaração. Eu quero mostrar a outra imagem, Machado, por favor, que é de uma matéria de hoje da “Folha de S. Paulo”.

Olhe só ele preocupado com a imagem dele com a população, porque ele já rifou São Paulo, mas olhe só a matéria de hoje da “Folha de S. Paulo”, que fala da declaração do Ricardo Nunes dizendo que só vai autorizar a privatização da Sabesp, a entrada de São Paulo, caso não haja o aumento das tarifas. E, ainda, foi irônico, dizendo que estava preocupado também com os funcionários da Sabesp.

Olhe só que hipocrisia! Isso não é para valer. Olhe, está aqui a matéria: “Prefeito de São Paulo condiciona apoio à privatização da Sabesp à redução de tarifas. Ricardo Nunes também espera garantias relacionadas ao contrato com a prefeitura e um “olhar”, entre aspas, para os funcionários da companhia”.

Isso não é verdade. Isso é para inglês ver, Sr. Presidente. É uma frase para inglês ver. Todo mundo sabe, porque ele já assinou. Ele já entrou na unidade regional. É aonde ele abre mão da autonomia da cidade de São Paulo.

Ele já vendeu a alma, já vendeu São Paulo, já entregou São Paulo para a privatização da Sabesp. Já era, não adianta ele falar isso agora, falou ontem, “a Prefeitura de São Paulo condiciona o apoio à privatização da Sabesp à redução das tarifas”. Vai aumentar, prefeito Ricardo Nunes, porque V. Exa. assinou já.

Acabou com a autonomia, São Paulo não vai ter mais nenhuma importância, só que nós tomamos providências, MP, Tribunal de Contas e agora nós, juntamente aqui com PSOL, PT, estamos entrando com uma Adin, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, contra essa medida de a prefeitura entrar, sem consultar a população, a Câmara Municipal, sem um amplo debate.

Eu tenho certeza, eu tenho conversado, eu conheço toda a cidade de São Paulo e São Paulo é contra. A cidade de São Paulo é contra a privatização da Sabesp. São Paulo não quer o aumento das tarifas e a piora na prestação dos serviços e no atendimento à população, porque a população já sofre com a energia elétrica, com essa Enel campeã em reclamações, em denúncias no Procon de São Paulo.

Então eu só queria desmistificar isso, dizer que o prefeito está tentando agora... Ele vendeu a autonomia de São Paulo em relação à Sabesp, ao entrar na unidade regional ele abriu mão da autonomia, do poder que São Paulo teria para barrar a privatização. Ele já vendeu e agora vem com essa frase, “olha eu só vou autorizar a privatização se diminuir a tarifa”, ele sabe que isso não é verdade. Acredite quem quiser nessa frase.

E muito menos preocupação com os servidores da Sabesp, ele não tem preocupação nem com os servidores da prefeitura, que ele mantém com os salários arrojados e defasados, queria até reduzir as férias dos servidores municipais por conta de licenças médicas, faltas médicas. Não fosse a nossa ação na Justiça ele teria conseguido.

Agora vai falar que está preocupado com os servidores da Sabesp? Isso é de uma farsa sem precedentes.

Então, Sr. Presidente, nós estamos tomando todas as providências para que não haja essa privatização e para que São Paulo não abra mão da sua autonomia, por isso que nós já acionamos, repito, MP, Tribunal de Contas, e vamos agora à Justiça com um outro recurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Estou aguardando o deputado Carlos Giannazi para que ele possa assumir a Presidência dos trabalhos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência a lista de oradores inscritos no Grande Expediente, com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.)

E agora, com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - Presidente Carlos Giannazi, eu ouvia atentamente a fala de V. Exa. eu gostaria de chamar a atenção para essa questão da segurança escolar, porque quando aconteceu aquele fato na Vila Sônia, com a professora Elisabete Tenreiro, que foi vítima, foi esfaqueada, esta Casa produziu dezenas de projetos propondo políticas de segurança escolar.

O governador também criou um aplicativo, não é? E eu sempre disse que o aplicativo não funciona muito bem, porque quando ele é acionado é porque alguma coisa já aconteceu. E a segurança tem que ser preventiva.

Por exemplo, se nós tivéssemos naquela escola, talvez uma pessoa acompanhando as pessoas que entram na escola, pessoas que não são da escola e que entram ali, talvez pudesse agir de imediato para não permitir que aquela professora, que V. Exa. mostrou aqui, fosse vítima daquela agressão.

Não dá para aceitar que uma pessoa que esteja ali trabalhando, e em qualquer repartição pública, presidente Giannazi, não é só na Educação, na Saúde também, em postos de saúde, em hospitais, que as pessoas que estão ali trabalhando, prestando um serviço para a sociedade, sejam agredidas da forma que aquela professora foi.

Então, é importante, sim, ter um profissional qualificado, preparado, na escola, para poder agir de imediato. E é importante que o governo tenha uma política de segurança escolar porque ela não existe. Ela não existe, por mais que se fale de ronda escolar, não há um trabalho, como já houve no passado.

Eu me lembro muito bem, que nós tivemos, no passado, um trabalho, e V. Exa., que é professor, é diretor de escola, V. Exa. sabe que, no passado havia um programa de segurança mais efetivo.

Além da segurança escolar, tinha, lá na porta, um policial, em várias escolas do estado, e tinha a ronda que, a cada duas ou três horas, passava na escola, conversava com a direção da escola, via quais os problemas que escola tinha.

Então, quando acontecem esses fatos, que afloram o debate, começam a aparecer sugestões, soluções, e depois que esfria o debate, ninguém mais fala disso. Então, é importante que o governo tenha uma política, e ele até falou que ia contratar agentes de segurança para colocar nas escolas.

Mas é fato que nós estamos no nono mês da gestão e nada aconteceu. Foi somente um falatório de momento. Então, o governador fala, fala, fala, mas as coisas não acontecem. Esse governo tem muita dificuldade para fazer as coisas. E sabe por que ele tem dificuldade, deputado Carlos Giannazi?

Primeiro, porque ele não é de São Paulo. Ele não conhece São Paulo. Ele não sabe como funcionam as coisas em São Paulo. Os seus secretários não são de São Paulo. Eu já identifiquei várias pessoas de outros estados que estão aqui, conduzindo o governo de São Paulo. Pessoas que vieram com o governador.

Pessoas de outros estados, que também não conhecem as características, as peculiaridades de São Paulo. E eles são lentos, eles não têm experiência, expertise, da administração pública.

O governo anterior, pode-se dizer que o governo foi predatório, o governo atentou contra o funcionalismo público, mas tinha pessoas mais conhecedoras do que é administração pública.

Então a gente percebe que eles têm dificuldade para construir projetos, para fazer contratações, licitações. Nós estamos observando. Nós, que somos de São Paulo e conhecemos a administração pública.

Eu, que tive experiência de trabalhar na Prefeitura de São Paulo, na gestão da prefeita Marta, de ter sido vereador em São Paulo e agora deputado, eu conheço um pouco. Funcionário público concursado, de carreira, a gente conhece um pouquinho do funcionamento da administração pública.

Dá para perceber que o governo está empacado, está travado, e ele ainda está vivendo, presidente, da produção do governo anterior. Ele sobrevive, os atos, os fatos que ele vai criando, produzindo no dia a dia, vêm do governo Rodrigo Garcia, porque, na realidade, o João Doria não foi um governador.

Quem governava era o Rodrigo Garcia, o João Doria era aquele que gostava de fazer a sua promoção pessoal, gostava de aparecer, mas quem estava coordenando à frente da Casa Civil era o seu vice-governador, que depois se tornou governador.

Então, uma boa parte da produção de pavimentação de vias, de obras do metrô, que estão sendo feitas, de privatizações, inclusive, porque o governo anterior era um governo privatista também, um governo vendedor do estado, um governo de negócios, como é o atual, o que se tem de produção, ainda hoje, veio de herança do governo Rodrigo Garcia.

Então, a gente espera que o governo seja mais eficiente, mais produtor de resultados, porque nessa questão da segurança escolar, realmente, foi aquele falatório, todo mundo subindo na tribuna, falando e falando. Mas, no dia a dia, vamos visitando as escolas e percebendo que o governo de plantão só aparece quando surge o debate, depois não se vê mais nada.

Então, é urgente que se tenha uma política de segurança escolar. E vários deputados aqui protocolaram projetos nesse sentido. Mas, protocolando o projeto, o projeto tramita, aprovamos o projeto; porém, quando ele chega no governo, recebe veto. “Ah, isso não é de iniciativa, tem vício de iniciativa.” Bom, o governo poderia pegar a essência desses projetos, colher deles o que têm de melhor, e apresentar uma política efetiva.

Dentro daquilo que foi produzido pelos vários Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o governo poderia, realmente, se apropriar dessa experiência que cada um tem, o conhecimento de cada um que faz parte dessa Casa e que representa o povo.

Se está apresentando aquelas ideias é porque tem discussão na base, tem discussão com a sociedade, porque o governo não fala com a sociedade, o Governo não discute com a sociedade. O Governo sobe no caixote e fica falando o que está fazendo ou fica fazendo de conta que está fazendo. Muitas vezes, fica enganando o povo.

Então, o Governo é isso, ele se apropria muitas vezes da produção de outras pessoas para se colocar com se fosse o dono da coisa. Ele poderia estudar melhor essas propostas que foram apresentadas aqui, para a segurança escolar.

Tem proposta - inclusive de minha autoria - de criar área de segurança escolar no entorno da escola. Para uma área de segurança escolar até poderia contratar policiais já aposentados para ficar no entorno.

É uma discussão, sim, com a área educacional, com aqueles que fazem parte do processo de educação - os educadores - de que a segurança, internamente, talvez devesse ser tratada de outra forma. Talvez ter até - conforme disse o governo - de contratar mil seguranças.

Até ter um segurança desarmado, treinado dentro da escola para que, num caso como aquele que V.Exa. mostrou, se tivesse de imediato ali, já ia neutralizar aquela pessoa que estava agredindo a professora.

E ter no entorno um processo de segurança escolar diferenciado. “Ah, botão do pânico.” Surgiram várias ideias aqui: aplicativo, botão do pânico. Mas, a essência para realmente ter uma segurança escolar adequada é ter um sistema preventivo, é agir antes de acontecer, é ter um sistema que não deixe a agressão acontecer, que não deixe que os profissionais da Educação sejam vítimas de agressão, que não haja morte próximo das escolas, que realmente haja rondas escolares.

E que a população veja, porque se a população não vê é porque não existe. Se a população não vê esse processo de segurança nas escolas, nos bairros... Aliás, não tem segurança nos bairros, como não tem ronda nos bairros.

Se a população não vê é porque não existe, Sr. Presidente.

O SR. REIS - PT - Então, encerrar minha fala e requerer de V.Exa. que seja levantada a sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, deputado Reis.

Antes de levantar a sessão, só queria me associar ao que disse V.Exa. que esse governo realmente não cumpre promessas, não cumpre com a palavra. Tudo que esse governo fala a gente não pode escrever, porque nada se concretiza.

Sobretudo, Sr. Presidente, deputado Reis, eu quero aqui da presidência da Assembleia Legislativa cobrar mais uma vez a Seduc, o secretário estadual de Educação, dono da Multilaser, o Renato Feder.

Para que ele encaminhe o projeto de lei que ele prometeu desde o semestre passado aqui para a Assembleia Legislativa. O projeto de lei que vai flexibilizar as APDs, as atividades pedagógicas diversificadas que estão matando os professores, estão criando uma estafa, Sr. Presidente, nos nossos professores. Os professores não aguentam mais, os professores estão sendo torturados diariamente por essas APDs, que devem ser feitas em local de livre escolha dos professores, do Magistério estadual.

Ele, em três ocasiões, o secretário Feder, se comprometeu publicamente, inclusive, na Comissão de Educação aqui da Alesp, no semestre passado, em uma reunião que eu tive com ele, em uma audiência no seu gabinete, que eu até dei publicidade a isso, e mais recentemente em uma “live” que ele fez, dizendo que estaria encaminhando projeto para a Assembleia Legislativa, e até agora o projeto ... hoje é dia 21, quinta-feira, 21 de setembro, e o projeto não chegou ainda na Alesp para que nós possamos aprová-lo em caráter de extrema urgência, tanto o projeto das APDs, como também da volta da falta-aula. Nós temos que alterar a famigerada Lei nº 1.374.

Também aproveito, antes do encerramento, Sr. Presidente, do levantamento, para manifestar o nosso total apoio à luta dos estudantes e, agora, também dos professores da Universidade de São Paulo, que estão em greve contra as contratações precarizadas, porque a USP também está copiando a Secretaria da Educação, criando lá a contratação precarizada, uma espécie de professor categoria “O” para a universidade.

Ao invés de concurso público, como as outras universidades têm realizado, a USP está contratando precariamente, por tempo determinado, professores, minando, sabotando a carreira docente da Universidade de São Paulo. E tem falta de professores, sendo que a USP tem um orçamento bilionário, de 8 bilhões e 400 milhões de reais.

A crise se instalou na FFLCH, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, começando pela Faculdade de Letras. Inclusive eu realizei uma audiência pública aqui com os alunos de Letras no semestre passado, já denunciando esse fato.

Tem um dossiê que nós levamos ao reitor, nós pedimos a publicação no Diário Oficial dando conta desse desmonte do curso de Letras e de outros cursos também, agora, que são denunciados na FFLCH, Sr. Presidente, deputado Reis, que estava presidindo a sessão.

É grave a situação lá. Os alunos entraram em greve contra esse desmonte, a falta de professores, a falta de funcionários, a falta de moradia estudantil, de permanência estudantil, a precarização das instalações. É um caos, a maior universidade da América Latina, a mais importante, vive um verdadeiro caos, falta investimento.

Eu pedi já, para concluir, a convocação, tanto do reitor da USP, como também do diretor da FFLCH, para que eles venham depor aqui, explicar e resolver essa crise, contratando professores e funcionários através do concurso público de provas e títulos, como determina a legislação e como orienta o próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que também já foi acionado por nós.

Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 43 minutos.

* * *

22 DE SETEMBRO DE 2023 107ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão. Informa que o projeto sobre as atividades pedagógicas diversificadas não foi protocolado pelo Governo, até o presente momento.

2 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Endossa o pronunciamento da deputada Leci Brandão.

4 - LECI BRANDÃO

Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Cumprimenta o deputado Eduardo Suplicy pelo pronunciamento.

8 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Tece comentários quanto a possível candidatura à Presidência da Assembleia Legislativa.

11 - EDUARDO SÚPLICY

Para comunicação, faz pronunciamento.

12 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE LECI BRANDÃO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 25/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra, o Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Donato. (Pausa.)

Com a palavra, a deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra, a deputada Dani Alonso. (Pausa.) Com a palavra, o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra, a deputada Leci Brandão, que fará o uso regimental da tribuna.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna eu gostaria de fazer um esclarecimento. Muitas pessoas ligadas, entrando em contato aqui com o meu mandato e com o de outros parlamentares também sobre uma informação que foi dada de que o PLC sobre as APDs, as Atividades Pedagógicas Diversificadas, já tivesse sido protocolado na data de ontem, no dia 21.

Então, eu quero informar que até este exato momento, deputada Leci Brandão, 14 horas e 15 minutos, hoje é dia 22, sexta-feira, ontem foi dia 21, quinta-feira, mas até o presente momento em que estou aqui, 14 horas e 16 minutos, o projeto não foi protocolado ainda. Acabei de conversar com a SGP, nossa assessoria está acompanhando pelo sistema.

Inclusive, ontem, daqui mesmo, da presidência, eu fiz uma cobrança e tenho feito constantemente, vários deputados estão cobrando o envio imediato e urgente, pelo governo, do projeto para flexibilizar as APDs e também a falta-aula, que desapareceu - um verdadeiro absurdo.

Então, é isso que eu queria informar, tanto é que não tem o texto do projeto, ele não aparece em lugar nenhum e nem o número do PLC, porque ele não foi protocolado até hoje.

Eu repito: hoje, dia 22, sexta-feira, estou vendo o relógio aqui, deputada Leci Brandão, 14 horas e 16 minutos, espero que o secretário mande, que o governo, na verdade, que a Casa Civil encaminhe o projeto em caráter de extrema urgência.

Como o secretário, Renato Feder, dono da Multilaser, deputada Leci, já prometeu inúmeras vezes na Comissão de Educação, em uma audiência que eu tive com ele no gabinete, em julho, e depois, mais recentemente, através de uma live, mas até este momento o projeto não deu entrada aqui. Nós vamos continuar cobrando que ele venha em caráter de extrema urgência.